



**Requerimento de Participação Financeira  
Intervenção no Património Cultural Imóvel  
Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2015/A, de 29 de outubro**

Exmo. Senhor Diretor Regional dos Assuntos Culturais,

**IDENTIFICAÇÃO DO (S) PROPRIETÁRIO (S)**

Nome/Designação \_\_\_\_\_  
Domicílio/Sede \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_  
B.I./C.Cidadão \_\_\_\_\_ NIF/NIPC \_\_\_\_\_  
Telefone/Telemóvel \_\_\_\_\_ Correio Eletrónico \_\_\_\_\_  
Na qualidade de:  Proprietário  Herdeiros  Fábrica de Igreja

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome \_\_\_\_\_  
Domicílio \_\_\_\_\_  
B.I./C.Cidadão \_\_\_\_\_ Contribuinte \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_  
Telefone/Telemóvel \_\_\_\_\_ Correio Eletrónico \_\_\_\_\_  
Anexar documento comprovativo (por exemplo: procuração)

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL a executar a obra**

Designação do imóvel \_\_\_\_\_  
Rua: \_\_\_\_\_  
Freguesia: \_\_\_\_\_ Concelho: \_\_\_\_\_ Ilha: \_\_\_\_\_

**CATEGORIA DO IMÓVEL**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Imóvel classificado de Interesse Público | <input type="checkbox"/> Integrado em Área de Proteção de Imóvel Classificado |
| <input type="checkbox"/> Imóvel incluído em Conjunto Classificado |   |

**SOLICITA-SE A PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2015/A, de 29 de outubro, para a seguinte obra que pretende executar no local acima identificado:

**INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO IMÓVEL**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Conservação  | <input type="checkbox"/> Correção de Dissonâncias Arquitetónicas |
| <input type="checkbox"/> Restauro de Elementos Arquitetónicos de Excecional Interesse | <input type="checkbox"/> Combate à infestação por pragas         |

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS TRABALHOS**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_




#### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Aceito integralmente as condições previstas no Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2015/A, de 29 de outubro, bem como cumprir todas as prescrições legais existentes em matéria de proteção, valorização e de salvaguarda do património, nomeadamente a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro.

#### IMPOSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO

Declaro que não foi submetido participação financeira com outros atribuídos com idêntica finalidade sobre o mesmo imóvel por outra entidade ao abrigo de disposição legal diversa.

Não sendo esse o caso deve indicar a entidade respetiva e incluir a listagem dos elementos atribuídos:

--

#### NOTIFICAÇÃO POR CORREIO ELETRÓNICO

Solicito as notificações e comunicações a realizar no âmbito do presente procedimento administrativo através de correio eletrónico para o seguinte endereço:

--

Pede deferimento,

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

O Proprietário/Representante Legal

\_\_\_\_\_

#### PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD):

A recolha dos dados pessoais integrados no presente formulário e o subsequente tratamento dos mesmos são da exclusiva responsabilidade da Direção Regional dos Assuntos Culturais, organismo da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, do Governo Regional dos Açores, e têm como finalidade os pressupostos aqui identificados.

O tratamento dos dados pessoais é lícito para cumprimento de obrigações legais da entidade consentida e a proteção de interesses vitais do concedente, bem como a execução de uma missão de interesse público.

Para efeitos do presente consentimento, declaro que fui informado/a e esclarecido/a, em linguagem que entendi, sobre as implicações do mesmo, designadamente dos direitos e obrigações a seguir referenciados.

Declaro que tomei conhecimento de que, no conceito de dados pessoais que serão tratados, se incluem dados administrativos, como o nome completo, números de identificação civil e fiscal, data de nascimento, contactos telefónicos, *email* e morada, agregado familiar, e que o seu tratamento será autorizado e efetuado apenas nos limites, contexto e responsabilidade de profissionais sujeitos à obrigação de confidencialidade e sigilo profissional, no âmbito das funções administrativas da Direção Regional dos Assuntos Culturais.



## ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

### OBRIGATÓRIOS:

1. **Formulário** devidamente preenchido e assinado pelo proprietário do bem, ou, no caso de mais de um proprietário, pelo seu representante devidamente habilitado.....
2. **Peças desenhadas/Levantamento arquitetónico do existente** (*planta de cobertura e alçados à escala de 1:100 ou superior, devidamente cotadas para os casos de obras de manutenção e a partir de orçamentos acima de 5.000,00€* .....
3. **Calendarização da obra** - Datas previstas para o início e conclusão dos obras/trabalhos.....
4. **Orçamento discriminativo** (*com medições, preços por valor unitário, descrição do trabalho (referência precisa dos materiais de construção e cores a utilizar), indicação da marca e produto a utilizar*) .....
5. **Certificado de Inspeção à Infestação por Térmitas (CIIT)** (*para os casos de desinfestação ou substituição das estruturas das coberturas/pisos*) .....
6. **Caderneta Predial**, atualizada .....
7. **NIB da conta bancária** Documento emitido pelo Banco.....

### LICENCIAMENTO MUNICIPAL (a entregar conforme o tipo de obras):

8. **Comunicação de aprovação** de Obras de Conservação e Manutenção.....
9. Cópia do **alvará municipal de licença de obras** ou **certidão da deliberação municipal** que aprovou o projeto, incluindo **projeto de arquitetura/estruturas**. Para as Obras de Remodelação, Recuperação, Substituição de cobertura e outros.....
10. **Declaração de herdeiros/procuração** (*nos casos que exista mais de um proprietário*) .....
11. **Fotografias** (*de qualidade adequada a demonstrar o estado atual do imóvel e sua envolvente, e dos aspetos que sejam relevantes para a apreciação do projeto submetido*) .....

### DOCUMENTAÇÃO A ENTREGAR (posteriormente, em fase de contratualização):

- Declaração da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social/Instituição de Previdência – Subsídio igual ou superior a 5.000,00€;.....
- Declaração da situação tributária regularizada perante Autoridade Tributária e Aduaneira – Subsídio igual ou superior a 50.000,00€.....